

Como combater os danos ao emprego?

Por Ana Conceição

Enquanto a tecnologia cria novas relações de trabalho, muitas vezes informais, e ameaça deixar muita gente sem emprego, alguns países começam a avaliar que tipo de política pública pode ser adotada para realocar trabalhadores ou simplesmente proporcionar uma renda mais estável à população.

As ideias vão da adoção de uma renda mínima à extensão de benefícios sociais para quem não tem emprego formal. No Brasil, onde já existe uma espécie de renda básica, especialistas apontam para a necessidade de mudanças no sistema de ensino de jovens e requalificação de adultos.

Recentemente, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) enviou questionários aos países que fazem parte do grupo perguntando que medidas estão sendo estudadas ou implementadas, tendo em vista o avanço da tecnologia sobre o mercado de trabalho e as mudanças demográficas.

As respostas foram reunidas no relatório "Respostas Políticas às novas Formas de Trabalho", lançado neste ano. Segundo a OCDE, medidas de proteção social têm de ser adaptadas à nova ordem, especialmente porque o trabalho por conta própria, em tempo parcial e intermitente está aumentando no mundo. Além disso, muitos adultos no bloco - 6 em cada 10 - não têm as habilidades tecnológicas necessárias para esse novo mercado.

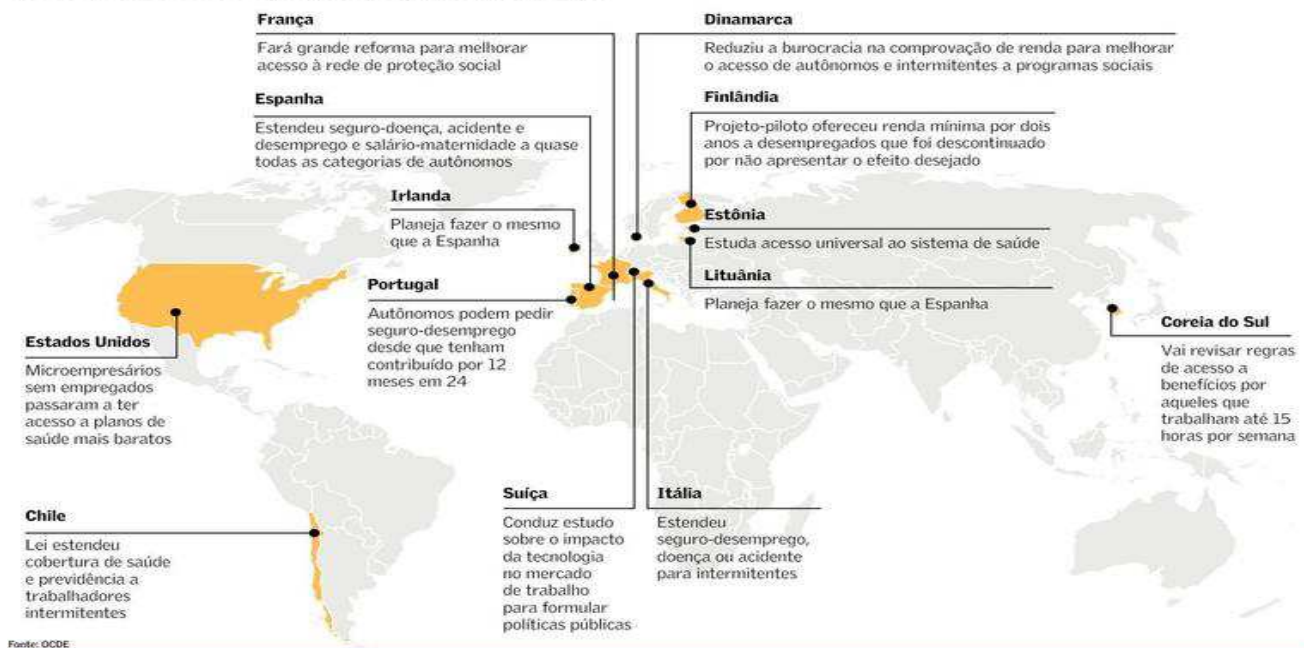
As medidas mais comuns citadas são a extensão do seguro-desemprego a trabalhadores por conta própria e informais, a melhora no acesso de intermitentes e autônomos a benefícios, como auxílio-maternidade e seguro saúde. Em um dos casos, na Estônia, foi citada a implantação de um sistema de saúde universal, como o SUS brasileiro. Projetos de renda básica são escassos e a maioria se limita a regiões específicas e não a países.

O caso mais rumoroso, o da Finlândia, foi deixado de lado após dois anos de testes. Mas essa iniciativa tem defensores ilustres como Elon Musk, CEO da Tesla, e o prêmio Nobel de Economia Angus Deaton.

INFORME

Respostas ao novo mundo do trabalho

Países ampliam acesso ao seguro-desemprego, previdência e saúde



Esse tipo de programa pode diminuir os impactos sociais e econômicos da diminuição drástica de postos de trabalho, com recursos vindo, por exemplo, da tributação da automatização nas empresas, afirma Herbert Kimura, pesquisador do Laboratório de Aprendizado de Máquina em Finanças e Organizações (Lamfo), da UnB. Mas como o impacto real da automação ainda é uma incógnita, é difícil avaliar se de fato as iniciativas de políticas públicas serão efetivas no médio e longo prazo. "Os governos têm de realmente colocar como prioritária a discussão da automação, dados os impactos sociais desconhecidos que, no entanto, podem ser profundos", afirma Kimura.

Nem todo mundo vai ser aproveitado pelo mercado de trabalho, em especial os trabalhadores mais velhos. Neste caso, é preciso haver políticas como a renda mínima, afirma o economista Sergio Firpo, professor titular do Insper especialista em mercado de trabalho. Ele pondera, contudo, que se um projeto de requalificação de trabalhadores for colocado em prática, talvez o impacto do desemprego não seja tão alto. "Parte dessa mão de obra seria realocada em outras atividades", diz.

Investir na educação de crianças e jovens é outro caminho. Como a tecnologia muda tudo muito rapidamente, os trabalhadores terão de ser eternos aprendizes e adaptar suas habilidades ao longo do tempo para manterem-se no mercado. Assim, sem planejamento educacional de médio e longo prazos, o Brasil ficará ainda mais atrasado na corrida

INFORME

tecnológica, diz Kimura, do Lamfo/UnB, para quem a defasagem entre a formação escolar e a demanda de mercado só tem aumentado. O debate sobre o papel das escolas nesse novo ambiente de automação é fundamental, afirma o pesquisador. Para alguns especialistas, no futuro, as profissões vão aparecer e serem eliminadas em pouco tempo. E se não dá para prever quais serão as profissões importantes daqui a 30 anos, a solução é a qualificação contínua.

Em artigo com o sugestivo título "Robocalypse Now", David Autor, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), e Anna Salomons, Universidade de Utrecht (Holanda), mostram que o aumento da produtividade proporcionada pelos avanços tecnológicos, entre outros fatores, contribuiu para um aumento do emprego na economia em geral, ainda que em alguns setores (a indústria, sobretudo) o emprego tenha caído em 19 países analisados (todos ricos). Mas a mudança favoreceu em sua maior parte trabalhadores mais qualificados. "O principal desafio social apresentado até agora pelo avanço tecnológico sobre o mercado de trabalho não é a queda na demanda agregada por mão de obra, mas sim uma distribuição cada vez mais distorcida dos empregos, e em uma análise, da renda, favorecendo os trabalhadores mais qualificados", afirmam.

Para o economista Paulo Gala, da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), enquanto essa equação educação-mercado não é resolvida, ao menos no Brasil a mão de obra deve ser realocada principalmente em trabalho precário criado pela própria tecnologia, como motoristas e entregadores de aplicativos. Em países mais desenvolvidos, parte dessa mão de obra vai para serviços de alta tecnologia. "Sempre vai existir serviços de baixa tecnologia, como turismo, que emprega bastante gente. Metade da população vai estar empregada nisso, não tem como fugir. A diferença é onde está a outra metade. Se está em serviços com muita escala, muita produtividade, ou em funções precárias". Dá para criar emprego na indústria em tempos de inteligência artificial, desde que o tecido industrial seja dinâmico, caso da Alemanha, Japão ou Coreia do Sul. No Brasil, a indústria, em especial a de alta tecnologia, está encolhendo.

Na visão de Paulo Feldmann, da FEA-USP, o Brasil deveria explorar seu grande potencial de biodiversidade para gerar emprego e tecnologia. "O século 21 é o da genética, das ciências da vida. Essa pode ser a nossa vocação. Temos um quarto da biodiversidade do mundo e poderíamos ter uma política industrial voltada para isso", diz. Outra frente seria estimular o empreendedorismo. "Precisamos estimular a pequena empresa. É a única forma de absorver os milhões de desempregados que estão aí e os que virão". Políticas tributárias como o Simples, contudo, vão na contramão do estímulo necessário, diz.

(Fonte: Valor Econômico – 25/07/2019)

3

INFORME

Junho tem mais de 48 mil postos de trabalho criados, aponta Caged

Este é o melhor resultado para o mês desde 2013; saldo de junho decorre de 1,246 milhão de admissões e 1,199 milhão de demissões

Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O mercado de trabalho brasileiro criou 48.436 empregos com carteira assinada em junho, de acordo com dados do **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)** divulgados na manhã desta quinta-feira, 25, pelo **Ministério da Economia**. O saldo de junho decorre de 1,246 milhão de admissões e 1,199 milhão de demissões. Esse foi o melhor resultado para o mês desde 2013, quando foram criadas 123.836 vagas no sexto mês do ano. Em junho de 2018, houve fechamento líquido de 661 vagas, na série sem ajustes.

No acumulado do primeiro semestre de 2019, o saldo do Caged foi positivo em 408.500 vagas, o melhor desempenho para o período desde 2014, quando a abertura de vagas chegou a 588.671, na série com ajustes. Em 12 meses até junho, houve abertura de 524.931 postos de trabalho.

Setores

O resultado do mês foi puxado pelo setor de serviços, que gerou 23.020 postos formais, seguido pela agropecuária, que abriu 22.702 vagas de trabalho. Também tiveram saldo positivo no mês a construção civil (13.136 postos), serviços industriais de utilidade pública (2.525 postos), extração mineral (565 postos) e administração pública (483 postos).

Já a indústria de transformação fechou 10.988 vagas em junho, enquanto o comércio teve fechamento líquido de 3.007 vagas no mês.

Salário médio

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada teve alta real de 1,57% em junho de 2019 ante o mesmo mês de 2018, para R\$ 1.606,62. Na comparação com maio, houve alta de 1,42%. O maior salário médio de admissão em junho ocorreu na extrativa mineral, com R\$ 2.523,90, puxado pelos salários da Petrobras. Já o menor salário médio de admissão foi registrado na agropecuária, com R\$ 1.318,73.

INFORME

Emprego intermitente

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram a criação líquida de 10.177 empregos com contrato intermitente em junho, o maior volume desde que a modalidade foi criada. De acordo com os dados do Ministério da Economia, o emprego intermitente registrou admissão total de 15.520 trabalhadores em junho, ao mesmo tempo em que houve 5.343 demissões.

Houve ainda a abertura de outras 1.427 vagas pelo sistema de jornada parcial. As duas novas modalidades foram criadas pela Reforma Trabalhista. O Caged informou ainda que houve 17.951 desligamentos por acordo no mês de junho.

A proteção do trabalho fora do emprego

Durante muito tempo o emprego convencional será o predominante

José Pastore, O Estado de S.Paulo

Ao se aproximar a aprovação da nova Previdência Social, o Brasil precisa se preparar para garantir proteções aos que trabalham fora da relação de emprego.

Durante muito tempo o emprego convencional, subordinado, com habitualidade, assalariado, por prazo indeterminado e em tempo integral, será o predominante. Mas, ao lado dele, cresce o trabalho atípico, flexível, casual, independente, autônomo, por projeto, em plataformas digitais e outras – que se afastam do vínculo empregatício.

Na Europa e nos Estados Unidos um quarto das pessoas trabalha dessa maneira. A tendência é de um crescimento acelerado. Na Inglaterra, entre 2016 e 2018, a incidência do trabalho independente dobrou. No Brasil, já são mais de 20%. Como proteger esse tipo de trabalho? Afinal, o trabalhador independente também adocece, acidenta-se, envelhece e morre. E o sistema de Previdência Social precisa arrecadar receita para poder proteger essas pessoas.

Uma das características dos trabalhadores independentes é o constante ziguezague ao longo da vida. Com frequência, eles passam do emprego para a independência e vice-versa. Há profissionais que são empregados nos horários regulares e freelancers no tempo livre. Para esse tipo de trabalho, as proteções precisam acompanhar as pessoas e não os empregos. Portabilidade e customização são conceitos-chave.

INFORME

Nos países avançados, a aposentadoria dos autônomos baseia-se em contribuições individuais aos planos de previdência social e de seguros. Em certos casos, a contribuição é obrigatória; em outros, é voluntária.

Quando as contribuições ficam inteiramente por conta dos profissionais, as alíquotas são muito altas. Só para aposentadoria, os autônomos da Europa pagam, em média, 18,8% dos seus rendimentos. Na República Checa, são 28%; na França, 23%; na Áustria, 22,8%; na Grécia, 20%; na Bélgica, 19,6%; na Alemanha, 19,5%. Nos Estados Unidos, 15,3%.

Alíquotas exageradas provocam pouca adesão. Isso tem levado muitos países a adotar o compartilhamento entre prestadores e tomadores dos serviços e também governo. A Alemanha tem um modelo interessante. Os autônomos só podem trabalhar por conta própria em profissões certificadas (cerca de 300). No caso dos artistas, por exemplo, eles contribuem com 10% de sua receita; os promotores dos espetáculos, com 6%; e o governo, com 4%.

Há países que têm programas integrados de aposentadoria, planos de saúde, seguros de acidentes, proteção contra a desocupação e licenças-maternidade e paternidade, com frequência, com a referida coparticipação. A proteção do trabalho independente é crucial, não apenas para os próprios trabalhadores, mas também para a Previdência Social, que nos dias atuais depende quase que inteiramente das contribuições de empregados e empregadores – categorias em declínio.

No Brasil, as proteções para o trabalho independente caem nos campos da assistência social e da Previdência Social. No primeiro, tem destaque a proteção garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Programa Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada.

No campo previdenciário, há quatro programas para proteger o trabalho fora do emprego: 1) o que é garantido pelo INSS mediante recolhimento da contribuição previdenciária pelo tomador dos serviços e por meio de Recibo de Profissional Autônomo (RPA); 2) o Programa do Microempreendedor Individual (MEI); 3) a modalidade de contribuinte voluntário; e 4) a do contribuinte facultativo. Todos com aplicação e sustentação limitadas. Uma avaliação será objeto de um próximo artigo.

****PROFESSOR DA FEA-USP E MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA FECOMERCIO-SP***

(Fonte: Estado de SP – 25/07/2019)